

Governo define tática para segundo turno

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney reúne hoje, no Palácio da Alvorada, o Conselho Político do Governo para traçar a estratégia de atuação no segundo turno de votações da nova Constituição. Ontem, já na Base Aérea de Brasília, Sarney recebeu os estudos elaborados pelo Gabinete Civil, Consultoria Geral da República e dez Ministérios sobre os dispositivos que interessam ao Governo suprimir.

— O Governo tinha que escolher entre se omitir ou participar, e nós preferimos participar — explicou o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Sem querer se antecipar ao Presidente, Costa Couto adiantou apenas que foram enumeradas no documento "pouco mais de 40 emendas", que serão subscritas pelas lideranças e parlamentares governistas. Entre as maiores preocupações do Governo está a reforma tributária, que transfere para os Estados e Municípios grande parte dos recursos administrados hoje pela União.

— Nós concordamos plenamente com o princípio da descentralização, mas a reforma deve ser implantada gradativamente, de modo mais realista. A Constituinte transferiu recursos sem transferir encargos, e é isso que nós precisamos mudar — disse o Ministro.

Mas as informações de Costa Couto não coincidiam com as declarações do Consultor Geral da República, que estava a poucos metros de



Costa Couto diz que governistas apresentarão 40 emendas supressivas

distância. Segundo Saulo Ramos, as emendas supressivas de interesse do Governo podem passar de 300 e a maioria já foi encaminhada pelos parlamentares fiéis a Sarney.

— Só eu redigi 51 emendas — admitiu Saulo Ramos.

O Consultor disse que concentrou seu trabalho no que classificou de "áreas técnicas, onde ninguém atuou". Entre elas, citou a supressão da expressão "aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País", no Artigo 5º do texto do Relator Bernardo Cabral, que garante a inviolabili-

dade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade, especificados em 80 itens.

— O artigo, da forma que está redigido, é muito restrito — justificou Saulo.

Outra emenda elaborada pelo Consultor modifica a decisão da Constituinte de que só poderão ser realizadas prisões em flagrante ou por ordem de autoridade judiciária competente, prevista no item 62 do Artigo 5º. Para ele, o dispositivo contraria 15 leis ordinárias e um acordo



Saulo Ramos afirma que redigiu 51

internacional assinado pelo Brasil sobre prisão de estrangeiros, que pode ser decretada pelo Ministro da Justiça.

— Com esse texto até os navios vão ter que embarcar um juiz para resolver problemas a bordo, já que o comandante não terá autoridade para punir marinheiros indisciplinados, ou resolver outras questões em alto mar. Até as prisões disciplinares nos quartéis terão que ser previamente autorizadas por um juiz — criticou.

Mas todo o empenho do Governo

Telefotos de J. França

poderá ser em vão se não houver acordo entre as lideranças partidárias, afirma o Líder do PFL, José Lourenço, um dos parlamentares com assento no Conselho Político. Apesar do grande número de emendas que o Governo pretende patrocinar, ele prevê que 20 dispositivos, no máximo, serão suprimidos no segundo turno, "e isso se houver acordo". Para ele, a reunião do Conselho Político com Sarney servirá para se definirem as prioridades, a fim de que haja uma concentração de esforços, sem o que não será possível alcançar o quorum necessário para supressão.

Antes da reunião de hoje, José Lourenço conversará com o Líder do PMDB, Nelson Jobim, para depois relatar ao Conselho a disposição do partido para possíveis acordos. Ele acredita que os dois partidos poderão se unir em torno da supressão do voto aos 16 anos, do tabelamento dos juro, do direito de greve e da licença paternidade.

Indiferente às dificuldades previstas pelo Líder do PFL, o Governador de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, continua confiante na mobilização de esforços do Governo para suprimir o dispositivo que anexa o arquipélago a Pernambuco. Este foi o assunto da rápida conversa que teve com o Presidente Sarney, na Base Aérea.

— O Presidente me disse que nós vamos conseguir reverter isto — disse Fernando César.

Planalto vai tentar aprimorar redação

BRASÍLIA — O Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, revelou ontem que o Governo pretende utilizar o artigo 26 do Regimento Interno da Constituinte — que permite, no segundo turno, o "aprimoramento da redação" —, para modificar o texto constitucional. O regimento determina, como norma geral, que só poderão ser apresentadas, nesta fase, emendas supressivas ao texto da nova Carta.

Costa Couto adiantou que o dispositivo deverá ser utilizado em pelo menos duas questões: a anistia concedida às micro e pequenas empresas endividadadas durante o Plano Cruzado e a reforma tributária. Esta última, segundo ele, transferiu recursos para Estados e Municípios sem, no entanto, transferir atribuições.

— O regimento interno possibilita aperfeiçoamentos do texto, e nós podemos utilizar esta prerrogativa — justificou o Ministro.

De qualquer forma, a reforma tributária será corrigida, segundo Costa Couto, ou pela Constituinte ou pela legislação ordinária, que deve conter o "gigantismo" do Governo federal. O Ministro informou que a Secretaria de Planejamento está finalizando alguns estudos neste sentido, num trabalho que já foi apelidado de "operação-desmonte".